

Percepção ambiental de marisqueiras

Camilla Gentil Santana

Resumo

Perceber é tomar consciência por meio dos sentidos. Quando o objeto percebido é a interação do indivíduo com seu meio, chamamos de percepção ambiental. De acordo com Tuan (1980), as pessoas tendem a perceber o mundo a sua volta individual ou coletivamente. Por esse motivo, o estudo da percepção de determinado grupo pode contribuir para a preservação ambiental, pois seus resultados podem auxiliar na construção de ações que levem em consideração os anseios específicos da comunidade em questão. Desse modo, objetivou-se identificar a percepção das marisqueiras de Pirambu/SE sobre as condições de trabalho, mudanças ambientais e relações com instituições presentes no município. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas e analisadas através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). A partir dos resultados pôde-se concluir que muito ainda precisa ser feito para melhorar as condições de trabalho dessas mulheres. Quanto às relações estabelecidas pelas instituições presentes no município, verificou-se que são incipientes. Sobre as questões ambientais, as marisqueiras não percebem nenhuma mudança significativa, nem visualizam de que forma a atividade de beneficiamento do marisco pode contribuir para a degradação ambiental.

Palavras-chave: Percepção Ambiental, Marisqueiras, Pirambu/SE.

Abstract

to perceive is taking consciousness through senses. When the object perceived is the interaction between the individual with their environment, we name it environmental perception. According to Tuan (1980), people tend to perceive the world around them individual or collectively. Thus, the study of perception of a certain group can contribute for environmental preservation, since their results can support construction of actions that take in consideration specific aspirations of the community at issue. Therefore, we aimed to identify the perceptions of the female shell fishers from Pirambu/SE about work conditions, environmental changes and relations with institutions present in the county. To that, we chose a qualitative approach, performing semi-structured interviews and analyzed through the Content Analysis technique by Bardin (1977). Considering the results, we reasoned that a lot has to be done to improve work conditions of those women. As for the relations established by institutions present in the county, we verified they are incipient. About the environmental issues, the female shell fishers perceive neither any significant change nor visualize in which way the activity of benefaction of the shellfishes can contribute for environmental degradation.

Keywords: Environmental perception, Female Shell Fishers, Pirambu/SE.

Introdução

Perceber, segundo Houaiss e Vilar (2009, p.1470), "é tomar consciência por meio dos sentidos, captar com a inteligência, compreender". Segundo Penna (1968), pode-se dizer que tradicionalmente a percepção foi entendida como um processo interpretativo dos dados sensoriais. De acordo com este autor, ao entrar em contato com o objeto, os estímulos sensoriais serviriam para uma apreensão de dados isolados, como cheiro, cor e textura. A partir daí, há um processo de significação e organização de tais dados, enriquecidos com a experiência passada do indivíduo. A esse processo damos o nome de percepção.

Sobre tal processo, Schiffman (2005) afirma que sensação e percepção diferenciam-se entre si. A primeira refere-se às experiências "fundamentais", relacionadas à consciência de qualidades do ambiente físico. Já a percepção, refere-se ao resultado da organização e da integração de sensações que levam a uma consciência dos objetos. De acordo com Jorge (2011), as percepções são os resultados dos processos psicológicos ligados à significação e memória das experiências vividas, organizando e integrando os dados obtidos com as sensações. Segundo a autora, a percepção implica significados, relações, contextos, julgamentos, experiências passadas e memória, sendo, de um modo geral, a porta de entrada das formas e qualidades do mundo, pois é uma informação recebida e processada pelo indivíduo.

Auth e Meller (2007) afirmam que a percepção que o indivíduo possui sobre algo baseia-se no conhecimento adquirido por suas experiências anteriores. Contudo, segundo Merleau-Ponty (2011), perceber não se resume a captar a presença de um objeto, mas inclui a experiência que se tem a partir deste objeto. O significado virá através da vivência que o indivíduo teve com determinado objeto.

Quando o objeto de percepção é a interação do indivíduo com seu meio, chamamos de percepção ambiental. Para Filho e Fernandes (2010),

Percepção ambiental é o estudo da relação entre o sujeito e o meio em que ele está inserido. Especificamente, a for-

ma como o sujeito percebe este meio, e a forma como ele se percebe no meio, individual e coletivamente. De forma geral, mas não unânime, são estudos interdisciplinares, pois tem como principal objetivo analisar e explicitar a relação citada, valorizando a experiência do sujeito em diferentes situações e sob diferentes aspectos (p. 44).

De acordo com Cordeiro e Santos (2010), a percepção ambiental envolve sentimentos, leitura da realidade, imaginário, representação social, crenças, conhecimentos, cultura e intenções. Todos esses elementos são significativos, pois possuem influência sobre o comportamento humano. Ainda para esses autores, os homens relacionam os conhecimentos adquiridos com a construção de um cenário que promove uma articulação entre os meios natural e social.

O estudo de tais determinantes sociais que operam em nível perceptivo é relativamente recente, pois foram negligenciados por muito tempo (PENNA, 1968), especialmente por serem resultados de aprendizagem. No entanto, tais aspectos ocupam hoje lugar privilegiado nos estudos de percepção e, segundo Hochberg (1973), incluem-se como determinantes todos os efeitos de experiências, interesses, recompensas, punições e expectativas passadas. Por esse motivo, espera-se que indivíduos e/ou grupos oriundos de classes ou origens sociais distintas possuam percepções diferenciadas de um mesmo ambiente ou objeto.

Para Tuan (1980), os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo colocando o "self" como o centro. Cada pessoa perceberá o mundo a sua volta a partir de seus valores, sentimentos e atitudes, mediados pela sua cultura. Todavia, nem sempre o processo se dá de modo individual, pois "as experiências dentro de um grupo humano se superpõem o suficiente para que vínculos individuais não pareçam notórios e incompreensíveis para os seus pares" (TUAN, 1983, p.163).

Segundo Filho e Fernandes (2010):

As características de um grupo de pessoas pertencentes a um mesmo meio social concedem ao indivíduo, mem-

bro deste grupo, uma identidade cultural, algo que o torne parte, ou melhor, par, igual. Essa identidade cultural se mostra de diferentes formas, dentre elas através de símbolos que representem ideias em comum (p. 47).

Com base nisso, corrobora-se o pensamento de Barreto (2008) que considera cada comunidade possuidora de características singulares, e, por esse motivo, o estudo da percepção do ambiente local torna-se um aliado na preservação do meio ambiente, pois seus resultados podem auxiliar na construção de ações que levem em consideração os anseios específicos da comunidade em questão.

Fundamentando-se nessa ideia, acredita-se que o estudo das percepções de marisqueiras sobre seu ambiente local podem ser utilizados de forma a identificar as necessidades de melhorias nas condições de trabalho e na busca para minimizar os efeitos negativos da atividade sobre o ambiente, entre outros problemas que possam existir na comunidade pesquisada. A partir dos dados encontrados, podem-se desenvolver ações que beneficiem o grupo em questão.

Metodologia

Com o objetivo de identificar a percepção das marisqueiras sobre as condições de trabalho, mudanças ambientais e relações com instituições presentes no município, optou-se por utilizar como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado. As entrevistas foram gravadas, mediante a anuência dos participantes. Antes da realização das mesmas, foi lido um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e explicadas as condições de participação na pesquisa. Após a leitura, os participantes foram solicitados a assinar o TCLE.

Para Lakatos e Marconi (2008), como técnica de coleta de dados, a entrevista oferece várias vantagens, dentre elas:

Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados; há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas,

formular de maneira diferente, especificar algum significado como garantia de estar sendo compreendido; oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos, etc.; dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos; há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias (p.83).

Desse modo, o trabalho possui abordagem qualitativa, a qual, conforme a visão de Lakatos e Marconi (2009):

Preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (p. 269).

Foram entrevistadas 10 marisqueiras de Pirambu/SE, contatadas no entreposto pesqueiro do município.

O roteiro de entrevista era composto por duas partes. Na primeira, foram coletados dados referentes às características que dizem respeito ao perfil socioeconômico dos entrevistados, tais como sexo, idade, renda, estado civil, se possuem filhos, casa própria e se estão vinculadas a programas do governo. Tais questões serviram para caracterizar o sujeito pesquisado. E a segunda parte foi composta por questões referentes à caracterização da pesca, avaliação da mesma, percepções dos fatores que influenciam a atividade, modificações ambientais ocorridas ao longo dos anos pelos participantes e sugestões para melhorias da atividade.

Após a transcrição das falas registradas nas entrevistas, facilitada pela utilização do programa Express Scribe, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com a técnica da Análise de Conteúdo, segundo a visão de Bardin (1977), que a define como:

Um conjunto de técnicas das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos

de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 44).

A análise se deu através da catalogação de todas as respostas dos participantes, em cada questão, seguida da leitura das mesmas visando à identificação de aspectos relacionados à temática da questão. Após a identificação de similaridades e a elaboração de categorias, contou-se a frequência de respostas. Quando houve respostas não diretamente relacionadas à temática da questão, as mesmas foram analisadas à parte.

Caracterização da área de estudo:

Pirambu (Figura 1) situa-se no litoral norte do estado de Sergipe, distante da capital 76 km (pela BR-101), ocupando uma área de 218 km², numa região caracterizada como planície litorânea. Sua topografia apresenta poucas elevações, formadas pelas dunas de areia branca. Possui vegetação litorânea muito variada, com praias onde predominam coqueiros e uma vegetação rasteira com campos de dunas, matas de restinga e manguezais. Sua economia é baseada na pesca do camarão e do peixe, sendo um dos maiores centros pesqueiros do Nordeste, exportando para Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte (BRASIL, 2002).



Figura 1 – Mapa de acesso rodoviário do município de Pirambu/SE.

Fonte: BRASIL, 2002.

Decretado município pela Lei Estadual Nº 1.234 de 26 de novembro de 1963, é composto pelos povoados: Lagoa Redonda, Maribondo, Alagamar, Aguilhadas, Aningas, Baixa Grande, Água Boa, Bebedouro e Lagoa Grande (BRASIL, 2010), possuindo, de acordo com o último senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aproximadamente 9.000 habitantes, distribuídos nas zonas rural e urbana, dos quais 60% vivem da pesca (BRASIL, 2002).

A relação de Pirambu com a atividade pesqueira iniciou-se desde seu povoamento, pois a cidade se originou de uma colônia de pescadores, recebendo o nome de um peixe muito comum na região. Já nessa época a pesca era a principal atividade de sua população que a desenvolvia às margens dos rios, lagoas e à beira do mar (TAVARES, 2011).

Resultados e discussão

Caracterização do grupo:

Todas as entrevistadas são do sexo feminino e possuem a média de idade de 36,4 anos. Quanto ao estado civil, 70% se dizem casadas ou possuem união estável. Somente uma não possui filhos, sendo uma média de 3,2 filhos por marisqueira.

Sua renda é necessária como complementação, visto que seus pais, maridos e filhos também trabalham. Aquelas cujos filhos ainda são crianças contam com o Bolsa Família.

Quanto à residência, 3 (três) possuem casa própria, 2 (duas) moram na casa da mãe, 2 (duas) pagam aluguel e 3 (três) não informaram.

Somente uma entrevistada não recebe auxílio do governo, pois não está filiada à Colônia Z-5 nem possui filhos.

Percepções:

Entende-se por marisqueiras, as mulheres que trabalham na mariscação, ou seja, que extraem crustáceos e moluscos nas regiões de mangue, situadas na transição entre o ambiente marinho e o terrestre (VASCONCELOS ET. AL., 2012). De acordo com Fadigas (2009), "a marisqueira normalmente trabalha em regime de economia familiar, significando que a atuação laboral de outros membros da família, ou até mesmo a colaboração não onerosa de conhecidos, se torna elemento essencial para o exercício de sua profissão" (p. 99).

Em Pirambu, apenas uma pequena parcela das mulheres envolvidas na atividade de pesca coletam mariscos. Estas, quando o fazem, é somente em caráter de ajuda aos seus maridos. Em sua grande maioria, as marisqueiras de Pirambu trabalham com o beneficiamento do pescado, em especial do camarão. Mesmo assim, todas são habitualmente conhecidas como marisqueiras. São poucos os

homens que se encontram nesta profissão. Normalmente, maridos e/ou filhos ajudam essas mulheres apenas quando eles não podem ir ao mar, ocorrendo, assim, uma forte divisão sexual de trabalho, já citada no tópico anterior. Para Vasconcelos et. al. (2012, p. 4)

Fica evidente que a desigualdade de gênero é um fator determinante na divisão do trabalho dentro da atividade pesqueira. A predominância da mulher atuando na mariscagem denuncia as relações de dominação que se estabelecem entre homens e mulheres pescadores. A mulher, vista como sexo frágil, "não poderia" se arremessar ao mar em busca do pescado, por ser uma atividade que exige força e impõe riscos, além de exigir um afastamento maior da residência, aspectos historicamente relacionados ao sexo masculino; já a mariscagem preenche os requisitos de uma tarefa socialmente atribuída às mulheres, considerada mais minuciosa, exigindo paciência e cuidado, além de não implicar em maior afastamento do lar.

As marisqueiras entrevistadas são mulheres jovens, possuindo a média de idade de 36,4 (Figura 1). Tal identificação é importante, pois as mulheres tendem a iniciar cedo na profissão, talvez pelo fato de a atividade não exigir nenhum preparo anterior, contrastando-se com a profissão de pescador¹. Segundo as entrevistadas, o trabalho é aprendido na infância pela observação de suas mães ou familiares. Para Gomes (2009), na rotina das mariscagens, as crianças observam o trabalho de suas mães e aprendem as ações próprias da atividade.

Também pode contribuir para a entrada de jovens na atividade o regime familiar citado por Fadigas (2009). De acordo com a autora, as crianças acompanham suas mães durante o trabalho e acabam por repetir suas habilidades como uma brincadeira. Quando crescem e se deparam com a falta de emprego na cidade, em especial as meninas que engravidam jovens, somam-se à mariscagem, desta vez, profissionalmente.

¹ Para exercer a profissão de pescador é necessário participar de um curso oferecido pela Capitania dos Portos.

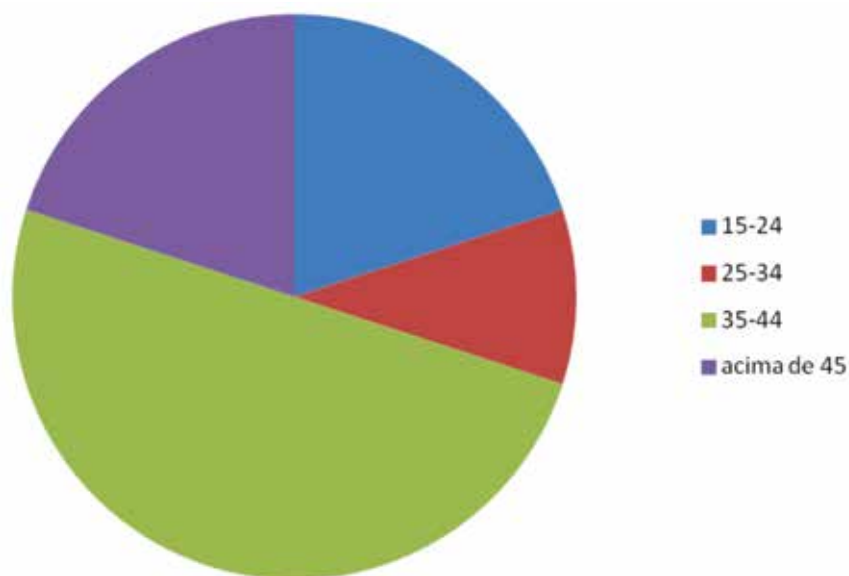


Figura 1: Idade Marisqueiras por Faixas Etárias

Todas as entrevistadas beneficiam o camarão, mas duas delas afirmam beneficiar também peixe, desde que alguém os leve para elas, sendo, portanto, uma prática rara. Uma delas afirmou vender aratu e siri.

A dinâmica do beneficiamento do camarão ocorre da seguinte forma:

- ✓O atravessador compra o camarão *in natura* dos armeiros.
- ✓Repassam para as marisqueiras que os limpam e descascam. Por este serviço recebem R\$1,00 por kg do filé.
- ✓Ao fim da semana, as marisqueiras devolvem o camarão, agora filé congelado, para o atravessador que irá vender ao público externo.

O beneficiamento é feito de segunda a sexta nos turnos matutino e vespertino. No entanto, não existe um fiscal. Com isso, as marisqueiras sentem-se livres e donas de seu próprio tempo. Segundo as mesmas, se elas não forem trabalhar não são penalizadas de imediato, só que deixam de ganhar mais ao final da semana, quando os atravessadores recolhem os filés de camarão e pagam por quilograma beneficiado.

Somente duas entrevistadas afirmaram trabalhar para si, referindo-se ao fato de que compram o camarão no barco, sem passarem pelo atravessador. Uma delas vende o filé do camarão na cidade mesmo e a outra compra o camarão dos barcos e vende para o atravessador após a limpeza. Esta, no entanto, não está satisfeita, pois acredita ganhar menos, como podemos visualizar na frase abaixo:

Marisqueira 5: *"Trabalho pra mim. Compro dos barcos e vendo pra o atravessador, mas acho que saio perdendo..."*.

Tal sentimento pode ser explicado pelo valor do camarão, como observamos na tabela abaixo.

O quilograma do camarão sete-barbas² descascado é vendido a R\$ 8,00 para o público externo. No entanto, o valor recebido pelo beneficiamento realizado pelas marisqueiras é de apenas R\$1,00 por kg. Desse modo, o atravessador consegue lucrar R\$4,00 em cada quilo do camarão. Contudo, a marisqueira que compra do barco a R\$ 3,00 só recebe R\$1,00 ao final do beneficiamento, perdendo R\$2,00 neste processo.

A partir disso, constatamos que há perda real para a marisqueira que compra o camarão no intuito de trabalhar para si. De acordo com Vasconcelos et. al. (2012), há uma imagem de subordinação e desvalorização da atividade, que é encarada como uma tarefa que apenas complementa a renda familiar, encontrando-se no mesmo patamar de "desprestígio social" que as demais atividades domésticas. No entanto, o que se visualiza em Pirambu é um entendimento por parte das entrevistadas de naturalização dessas relações, e, portanto, não se enxergam subordinadas aos pescadores e atravessadores.

Quando questionadas a respeito dos pontos negativos da atividade, a falta de emprego em outras áreas da cidade, citada anteriormente,

² Utilizamos como referência o quilograma do camarão sete-barbas por ser o mais vendido em Pirambu.

foi o mais mencionado. Para elas, a mariscagem é um trabalho difícil, sacrificante e desvalorizado. Continuam na atividade por não conseguirem outra fonte de renda. Além disso, reclamam do mau cheiro a que estão expostas e de precisarem carregar peso. Com relação a essa última queixa, tal situação ocorre porque elas são responsáveis pelo congelamento do filé de camarão e, por esse motivo, carregam os isopores com gelo e os levam de um lado a outro. A insatisfação das entrevistadas pode ser visualizada nas falas a seguir:

Marisqueira 1: *"Trabalho com isso porque não tem outra opção, mas não gosto".*

Marisqueira 3: *"Não gosto de pegar peso (...) doem as costas, dá um cansaço nas pernas, aparecem varizes (...)".*

Marisqueira 5: *"Gostaria de sair, mas não tem outra coisa (...). É isso aqui ou a prefeitura".*

Marisqueira 10: *"Trabalho porque é o jeito. Se não trabalhar, não come, mas o ganho é pouco".*

Fadigas (2009), em pesquisa com as marisqueiras de Acaú e Carne de Vaca, respectivamente nos estados de Pernambuco e Paraíba, encontrou um índice bastante alto de insatisfação com a realização desse trabalho. Segundo ela, algumas entrevistadas afirmaram que mantinham essa aspiração devido à dureza do trabalho e outras alegaram que deviam ter o direito de optar por outro estilo de vida. No entanto, aquelas que responderam estarem satisfeitas como marisqueiras atribuíram isso ao amor pela profissão ou ainda por serem autônomas, possuindo liberdade no trabalho.

Tal relação também foi encontrada por Gomes (2012) em seu trabalho com as marisqueiras de Ilha das Fontes, em São Francisco do Conde/BA. Em Pirambu não é diferente. Metade das entrevistadas afirmou que o ponto positivo da atividade é não possuir horário e não ter ninguém mandando. Tudo ocorre em seu próprio ritmo, como vemos nas falas listadas abaixo:

Marisqueira 4: *"Gosto do trabalho porque não tem quem mande (...) é nosso e a gente trabalha quando quer"*.

Marisqueira 5: *"Gosto porque trabalho pra mim..."*.

Somente uma das entrevistadas informou não ser filiada à Colônia de Pescadores. Segundo ela, não se filiou devido ao fato de trabalhar como marisqueira só "de vez em quando". No entanto, foi a única que afirmou ter cursado informática pela Colônia, através de um convênio com o SENAC. Todas as outras disseram receber da Colônia somente os benefícios que já lhe são de direito, como o auxílio-defeso, a licença maternidade e a aposentadoria.

De acordo com Fadigas (2009), a marisqueira, por ser uma profissional da pesca artesanal, deve estar vinculada à colônia de pescadores para fins trabalhistas e previdenciários, uma vez que esta instituição foi equiparada em 1988 ao sindicato dos trabalhadores rurais, logo, pode ser beneficiária dos mesmos direitos, uma vez cumpridos todos os requisitos. Dentre os benefícios podem ser citados: aposentadoria, auxílio-doença previdenciário, aposentadoria por invalidez previdenciária; auxílio-doença por acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez acidentária, auxílio-acidente, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.

Nenhuma das entrevistadas é filiada à Associação de Mulheres Pescadoras Artesanais de Pirambu – AMPAP, criada recentemente através de incentivos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC, vinculado à compensação ambiental da Petrobras. Tal associação ainda não se encontra consolidada politicamente.

Dada à especificidade do trabalho das marisqueiras quanto ao beneficiamento dos pescados, perguntou-se às mesmas de quem é a responsabilidade pela remoção dos resíduos gerados. De acordo com elas, a remoção dos resíduos provenientes do beneficiamento é de responsabilidade da associação, que contratou um rapaz para realizar esse serviço. Ele remove os resíduos, duas ou três ve-

zes ao dia, e os joga no rio Japarutuba. Quanto a essa prática, Assis et. al. (2008) afirmam que tais resíduos são biodegradáveis, e, por esse motivo, não provocam acúmulo excessivo na natureza. Contudo, ressaltam o problema de ordem social gerado pelo acúmulo dos resíduos, por possuírem cheiro desagradável. Tal situação foi lembrada pelas marisqueiras de Pirambu, que relataram sofrer discriminação em determinados locais, pelo cheiro do camarão que fica impregnado. Segundo elas, algumas pessoas tapam o nariz e reclamam. Além disso, esses resíduos atraem insetos que podem acarretar danos à saúde humana. Pode-se, portanto, verificar que os efeitos dos resíduos são negativos para essas profissionais.

Ao serem perguntadas acerca dos problemas de saúde referentes ao trabalho realizado por elas, todas apresentam queixas, as quais estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 7 – Problemas de Saúde Enfrentados pelas Marisqueiras

Dores nas costas e pescoço	6
Dormência e Sangramento nas mãos	2
Dores, Cansaço e Varizes nas pernas	3
Infecção Urinária	1

Tais problemas são ocasionados pelas condições de trabalho precárias a que são submetidas, pois passam muito tempo sentadas em bancos muito baixos e sem encosto, o que proporciona dores musculares, especialmente nas costas e nas pernas; descascam o camarão sem a utilização de luvas, ocasionando ferimentos; pegam vários isopores com gelo ao longo do dia, o que também ocasiona dores nas costas devido ao peso; além de ficarem muito tempo sem ir ao banheiro, aumentando as chances de infecção urinária.

Quando questionadas sobre as condições físicas do porto, oito das dez entrevistadas apontaram a necessidade de reforma nos galpões,

de modo a melhorar a higiene, com uma visão bastante apurada dos detalhes. Isso pode ser explicado devido ao fato de passarem muito tempo neste espaço, corroborando a ideia de que o sujeito tende a captar o mundo através de seu self (TUAN, 1980). Para Tuan (1980, p.137), "as imagens da topofilia³ são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas".

Uma das entrevistadas afirmou que o atual presidente da associação vem fazendo melhorias no entreposto pesqueiro, como vemos abaixo:

Marisqueira 6: "Depois que esse presidente entrou já fez algumas coisas (...), já pagou as contas que estavam atrasadas, já pintou..."

Ao serem indagadas sobre como solucionar os diversos problemas relatados, as opiniões das marisqueiras se dividem. Algumas acreditam que nada pode ser feito por elas, pois dependem do responsável pela associação, demonstrando um grau de conformismo que pode ser equiparado à resignação de sua condição subordinada na atividade. Apenas duas afirmam que as condições de trabalho melhorariam se fosse construída uma empresa de pesca no município. De acordo com elas, havia a notícia de que a prefeitura organizaria uma empresa que seria encarregada do beneficiamento do pescado e para a qual seriam contratadas. No entanto, essa ideia não se concretizou, ocasionando sua indignação, pois esperavam melhores condições de trabalho e que a construção de um espaço próprio diminuísse os conflitos no terminal pesqueiro – local onde atualmente beneficiam o pescado – evitando discussões com os armeiros, atualmente responsáveis pela direção do CONDEPI, com sede nesse terminal.

³ Topofilia é o termo utilizado por Tuan para referir-se ao elo afetivo entre o indivíduo e seu lugar (ambiente físico).

Para elas, o turismo não possui influência em sua atividade, pois só visualizam o aumento das vendas e como não comercializam o pescado, não percebem a interferência deste. Afirmam também que não são fiscalizadas no período do defeso.

Devido à importância exercida pelo Projeto Tamar e pela Petrobras no município, perguntou-se às marisqueiras se elas possuíam algum tipo de relação com as instituições. Quatro das entrevistadas afirmaram ter tido algum tipo de contato com o Projeto Tamar e com a Petrobras, através do PEAC. Segundo elas, são realizadas reuniões mensais, especialmente sobre higiene, mas afirmaram que a frequência é variável, como visualizamos na resposta da marisqueira 12: *"As marisqueiras vão em uma reunião, depois não vão na outra. (...) aí aquelas que não foram na primeira, vão nessa (...)"*. Também citaram o evento promovido pelo TAMAR, denominado Culturarte.

Sobre as mudanças ambientais, somente duas afirmam que "está a mesma coisa", não tendo havido nenhuma mudança. Todas as outras afirmam que além do rio, as ruas, a praia e a cidade como um todo estão mais sujas. Contudo, não visualizam nenhuma contribuição negativa de sua atividade laboral para o ambiente, nem mesmo o fato de os resíduos do pescado serem jogados no rio Japarutuba.

Conclusão

Há uma forte divisão sexual de trabalho na pesca em Pirambu, com naturalização das relações de inferioridade do trabalho feminino. As mulheres somente beneficiam o pescado, em especial o camarão. No entanto, fazem isso em condições precárias, pois a infraestrutura do porto não satisfaz as necessidades das mesmas. Não possuem material de higiene, como luvas e toucas. Estão sujeitas à discriminação e a problemas de saúde, e o valor recebido é muito baixo.

Conclui-se que muito ainda precisa ser feito para melhorar as condições de trabalho das marisqueiras, que continuam ingres-

sando e permanecem na atividade devido à baixa geração de emprego em outros setores.

Quanto às relações estabelecidas pelas instituições presentes no município, verificou-se que são incipientes, de modo que a maioria relatou não ter nenhum tipo de contato com a Petrobras ou o Projeto Tamar.

Já sobre as questões ambientais, não percebem nenhuma mudança significativa. Afirmam, de um modo geral, que a cidade está mais suja, bem como o rio, mas não visualizam contribuição advinda do seu trabalho para a degradação ambiental.

Referências

ASSIS, A. ET. AL. **Bioconversão de Resíduos de Camarão *Litopenaeus Vannamei* (Booner, 1931) para Produção de Biofilme de Quitosana.** Revista Iberoamericana de Polímeros, Volumen 9(5), Outubro de 2008.

AUTH, M.; MELLER, C. **Ser Humano e Ambiente: Percepção e Interação.** 2. Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. (Coleção Situação de Estudo. Ciências no Ensino Fundamental).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: edições, 1977.

BARRETO, K. F.B. **Impactos da Intervenção do Projeto "Doces Matas" em Comunidades de Mata Atlântica: Perspectiva de um Estudo de Percepção Ambiental.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste – Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Pirambu.** Aracaju, 2002.

CORDEIRO, J. ; SANTOS, J. Práticas Educativas e o Meio Ambiente: a questão da água doce no mundo. IN: ABÍLIO, F. (org.). **Educação Ambiental e Ensino de Ciências.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FADIGAS, A. **As Marisqueiras e a Reserva Extrativista Acaú-Goiana: Uma Análise de Práticas Participativas para a Conservação do Ambiente.**

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FILHO, C.; FERNANDES, J. **Percepção Ambiental**: As Transformações no Cotidiano de Caiçaras de Ubatuba-SP na década de 1960 e na primeira década do século XXI. Curitiba: CRV, 2010.

GOMES, R. **A Vida No Vai-e-Vem das Águas**: Mulheres Marisqueiras de Salinas da Margarida, Trabalho, Cultura E Meio Ambiente (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Núcleo de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009.

GOMES, T. **Mulheres das Águas**: Significações do Corpo-que-trabalha-na-Maré. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Núcleo de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

HOCHBERG, J. **Percepção**. São Paulo: Zahar editores, 1973.

HOUAISS, A.; VILAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORGE, A. **Introdução à Percepção**: Entre os Sentidos e o Conhecimento. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Temas de Comunicação).

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia Científica**. – 5. Ed. – 3. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

PENNA, A. **Percepção e Realidade**: Introdução ao Estudo da Atividade Perceptiva. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1968.

SCHIFFMAN, H. **Sensação e Percepção**. Tradução Luís Antônio Fajardo Pontes, Stella Machado. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TAVARES, C. **Rápido Histórico da Pesca em Pirambu**. Tribuna da Praia, jornal *on line*, 2011. Disponível em <http://www.tribunadapraiaonline.com/news/claudoimir-tavares-rapido-historico-da-pesca-em-pirambu1/>. Acessado em 17 de maio de 2012.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: A Perspectiva da Experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELOS, L. et. al. **Trabalho, Meio Ambiente e Saúde em Comunidades Marisqueiras de Sergipe**. Anais do VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão – Sergipe, 20 a 22 de setembro de 2012.

Sobre a autora

Camilla Gentil Santana: Professora de Ciências e Biologia da Secretária de Educação do Estado de Sergipe. Licenciada em Ciências Biológicas, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Tutora a distância do curso de aperfeiçoamento em Educação Ambiental UAB - CESAD/UFS. Email: camillags1@hotmail.com